



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

EDITAL Nº 002/2010



O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA de Balneário Camboriú no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.033/91, torna público que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA, para a execução de programa destinado ao atendimento multidisciplinar a crianças e adolescentes dependentes ou co-dependentes de substâncias psicoativas no ambiente familiar, encaminhados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Programa de Enfrentamento da Violência, Programa de Apoio Sócio Familiar, Centro de Atenção Psicossocial, Programa Ame-se, Posto de Atenção Infantil - PAI, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e procura espontânea, cujo programa atenda aos seguintes requisitos:

1-APRESENTAÇÃO

O projeto, acompanhado do plano de trabalho, deverá ser apresentado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo as páginas serem numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável técnico e presidente da Entidade, devendo ainda, ser informado o endereço discriminando o espaço físico em que será executado o programa.

2-REQUISITOS ELIMINATÓRIOS

2.1 As Entidades não-governamentais para estarem aptas a executar o programa, deverão apresentar o tempo de no mínimo de 1 (um) ano de funcionamento e deverão prestar serviço em área afim em relação a prevenção do uso de substâncias psicoativas.

3-ENCAMINHAMENTO

Os projetos deverão ser Protocolados na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social na Rua 2000, n.º 1380, Bairro Centro, Balneário Camboriú, no horário das 13h. às 18h., endereçados à Presidente do CMDCA.

4- OBJETIVO

Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de programa de atendimento multidisciplinar a crianças e adolescentes dependentes ou co-dependentes de substâncias psicoativas no ambiente familiar, nas formas de atendimento biopsicossocial e atendimento ambulatorial.

5-PÚBLICO ALVO

5.1 Crianças e adolescentes dependentes ou co-dependentes de substâncias psicoativas no ambiente familiar.

6-ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO

- 6.1.** Prevenção;
- 6.2** Fortalecimento;
- 6.3** Tratamento Clínico (individual e em grupo);
- 6.4** Acompanhamento familiar;
- 6.5** Trabalho em rede e parcerias.

7-EQUIPE TÉCNICA

7.1 O projeto para a execução do programa deve obrigatoriamente possuir no mínimo a seguinte equipe profissional:

- a)** 1 (um) coordenador técnico;
- b)** 1 (um) psicólogo adulto para atendimento de grupo;

- c) 1 (um) psicóloga infantil;
- d) 1 (um) assistente social;
- e) 1 (um) psicopedagogo;
- f) 1 (um) psicanalista;
- g) 1 (um) auxiliar administrativo.

7.2 O projeto deverá apresentar os seguintes requisitos em relação a equipe técnica:

- a) nomes dos profissionais que irão executar inicialmente o programa;
- b) remuneração que cada um irá receber;
- c) documentação comprobatória de titulação técnica/acadêmica de cada profissional;
- d) carga horária de trabalho de cada profissional.



8-AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

8.1 Os projetos serão avaliados por uma comissão específica, composta por Conselheiros governamentais e não-governamentais, sendo que estes devem ser representantes de entidades que não recebam recursos do FMDCA do CMDCA, designados para este fim, conforme os critérios relacionados no item abaixo;

8.2 Serão considerados os seguintes critérios:

- a) Conformidade com os princípios basilares do ECA;
- b) Foco, diretrizes, objetivos, público alvo, estratégias de atendimento;
- c) Articulação do Projeto com a rede de atendimento (parcerias na execução);
- d) Mérito (intencionalidade do projeto);
- e) Relevância (importância do projeto perante a realidade local);
- f) Impacto social (transformações a que se propõe realizar);
- g) Viabilidade técnica e financeira.
- h) Experiência e titulação da equipe técnica.

9- CONVENIAMENTO DO PROJETO

9.1 O convênio será assinado entre o Município de Balneário Camboriú, com a interveniência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e a Entidade proponente, de acordo com o que determina a legislação vigente, impreterivelmente nos prazos estabelecidos no cronograma.

9.2 O Convênio a ser celebrado com a entidade proponente terá seu término no dia 31 de dezembro de 2010.

9.3 Considerando a exiguidade de prazos, os documentos para conveniamento, devem vir anexados ao projeto apresentado, e emitidos a partir de fevereiro de 2010 ou com validade para o mês de março de 2010, sendo os seguintes:

- a) Atestado de funcionamento expedido por autoridade pública;
- b) Cópia da ata da eleição ou documento comprobatório da diretoria em exercício, autenticado;
- c) Cópia do estatuto da entidade, registrado em Cartório do Registro Civil da Pessoa Jurídica, na forma da lei, com a identificação do Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados de registro no próprio documento ou em certidão;
- d) Cópia do documento de inscrição no CNPJ, atualizado;
- e) Certidão negativa de débito junto a administração pública municipal, estadual e federal, INSS, e FGTS, atualizadas;
- f) Declaração de utilidade pública municipal, estadual ou da União (quando possuir);
- g) No caso de Fundação, cópia de escritura pública de criação registrada em Cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas;

9.1 Em caso de falta de algum dos documentos mencionados no item 9.3, a entidade será eliminada e considerada inabilitada para firmar convênio com a Municipalidade.

10-CRONOGRAMA

Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

- a) até 09 de março de 2010 – Protocolo dos projetos na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, endereçados à Presidente do CMDCA;

- b) 10, 11 e 12 de março de 2010 – Análise, julgamento dos projetos;
c) 15 de março de 2010 – Encaminhamento do projeto aprovado para o conveniamento;

11- PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 Deverá obedecer às normas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e do TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Município de Balneário Camboriú.

11.2 Deverá ser enviado mensalmente relatório dos atendimentos durante toda a execução do projeto, dirigido ao CMDCA.



12- INFORMAÇÕES GERAIS

12.1 Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital gerará a exclusão do projeto.

12.2 Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – Fone 3363-2745.

Balneário Camboriú, 19 de fevereiro de 2010.

Raquel Testoni
Presidente em exercício do CMDCA